

O deputado Campos Machado tem compromisso político com o governador Geraldo Alckmin. Como presidente do PTB e secretário-geral nacional do partido, estou trabalhando para que o partido nacionalmente apoie... Aliás, só temos um candidato a presidente: Geraldo Alckmin. Mas não posso admitir que ele influencie esta Casa, que ele defina o comportamento dos deputados desta Assembleia. Ele já foi deputado aqui.

E nós temos que, sem sermos dramáticos, defender até o fim a independência da Casa. Nós não podemos, em hipótese alguma, trair a confiança dessa gente que está acreditando em nós. (Manifestação nas galerias.) Vão dizer alguns: "os deputados da chamada base não vão receber emendas". Acho isso uma humilhação para nós. Espera um pouco: aqui é supermercado? Aqui é Carrefour?

Aqui é Pão de Açúcar? Aqui é Iguatemi? Aqui é lanchonete? Não. Aqui é uma Casa de Leis. E nós temos que votar em conformidade com a nossa consciência.

Não dá para fugir da nossa responsabilidade. O deputado que for contra vem aqui na tribuna. O líder do Governo cumpre o seu dever funcional. Eu quero os outros deputados vindo aqui também. E digam: aonde está a destruição do estado se for votada essa PEC?

Tenho aqui elementos. Verifiquem, chequem. Mas, não. Preferem o caminho do desafio, preferem o caminho equivocado de procurar minar a resistência do PSOL na Fazenda.

Eu já disse aqui: pode minar a vontade deles, mas a minha, não. Não arredo pé da minha posição. (Manifestação nas galerias.)

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sra. Presidente, indico o deputado João Paulo Rillo para encaminhar a votação pela liderança da Minoria.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança da Minoria, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, agradeço a deputada Marcia Lia, líder da Minoria, por conceder a oportunidade de eu vir à tribuna e fazer o encaminhamento do projeto.

Aproveito a oportunidade para reforçar aqui tanto uma posição minha quanto da maioria dos deputados de oposição e da Bancada do PT em apoio à PEC. (Manifestação nas galerias.)

Acredito que tivemos um sinal. Essa movimentação política de vocês é muito importante e teve um resultado emblemático, quando o deputado Massafera, em nome do líder do Governo, o deputado Barros Munhoz, anunciou um esforço, uma concordância com conteúdo e um esforço - talvez uma nova minuta, um novo projeto.

Não deixa de ser um avanço importante, especialmente no momento em que o governo parte para uma retaliação extinguindo delegacias, tirando estrutura de trabalho do Estado, mostra uma contradição entre a Casa e o Governo. Acredito que seja um passo importante.

Já manifestei a minha posição em relação ao projeto. Aproveito a oportunidade agora para dialogar com os cidadãos que estão fazendo um trabalho muito importante por todos nós no estado de São Paulo.

Liderados por esse grande líder, que se demonstrou nosso amigo, ficou amigo de todos nós aqui, o Cláudio, a ONG Tenho Direito de Saber. (Manifestação nas galerias.) Estão aqui no plenário hoje. Fazem uma luta pelo direito dos consumidores, em especial em relação a um projeto.

A Assembleia Legislativa aprovou um projeto do deputado Rui Falcão que proibia a utilização desses serviços de proteção ao crédito - que na verdade não é proteção ao crédito, é proteção apenas à lucratividade excessiva e sem critério -, proibia que se negativasse uma pessoa sem antes comunicá-la por AR, um instrumento importante da estrutura de correios brasileira, que garante o comunicado ao cidadão de que ele tem uma dívida.

Esse projeto tem sido duramente criticado e combatido por esse serviço de proteção ao crédito, especialmente por grandes, mas grandes, empresas: bancos, empresas de telefonia, e por aí vai.

Conversei muito com presidentes de associações comerciais do estado de São Paulo, em especial com o presidente da Associação Comercial de São José do Rio Preto, Paulo Sader, grande figura, um grande cidadão, homem moderado, honesto em seus propósitos, que me colocou uma preocupação. Disse "João Paulo, o problema são os pequenos. Um pequeno comerciante que vai cobrar uma dívida de 40, 50, 60 reais e tem um custo aproximado de oito reais com a AR, já está abastendo o seu lucro ao usar esse expediente antes de negativar o devedor." Então me debrucei nesse caso. Tinha uma posição absolutamente favorável ao projeto de manutenção dessa lei, no entanto, por hábito eu ouvi o outro lado e me sensibilizou a questão do pequeno comerciante. Pesquisando descobri que as grandes negociações equivocadas não partem dos pequenos, partem dos grandes.

Um estudo mostra, por exemplo, que quase 40% do cadastro de negativados das telefônicas são equivocados por homônimos ou erro da própria empresa. Ou seja, o número de pessoas que deixam de financiar uma casa, que deixam de financiar um carro, que deixam de fazer um investimento para a sua família porque foi negativado de maneira equivocada é muito grande. Além de ser um prejuízo pessoal, uma dor pessoal, atrapalha no montante também a economia. Esta política é antidesenvolvimento.

Apresentei uma emenda ao projeto para tentar solucionar a obrigatoriedade da AR, que representa um custo para o pequeno comerciante. A minha emenda diz: pode ser AR ou qualquer prova que mostre o protocolo: um e-mail devolvido pode ser uma prova, um WhatsApp devolvido pode ser uma prova, um taxista que vá até a casa do cidadão e pegue a assinatura em uma carta pode ser uma prova. Aí os comerciantes dizem: mas quem deve e recebe o e-mail dizendo que está devendo, pode não responder ao e-mail, à mensagem. Ele não vai responder a uma mensagem se ele é devedor.

Primeiro, que não devemos partir do princípio da má fé das pessoas e, sim, da boa fé.

Segundo, se aquele que for negativado de maneira equivocada ficar sabendo - não estou falando do mau pagador - ele tem a chance de avisar a empresa que não deve. Ainda assim há o esforço de mostrar para esse pequeno e médio comerciante que está preocupado com o impacto financeiro do custo da AR no seu faturamento. Nós estamos discutindo aqui a possibilidade de resguardar, de atenuar esse prejuízo ao pequeno comerciante.

Hoje tive uma boa conversa com o Dr. Ciro, que representa também o Dr. Marco Aurélio, e com o Cláudio nessa perspectiva. Coloquei a eles o ponto de vista do pequeno comerciante. Eles compreenderam. Há uma proposta em andamento que quero discutir com o líder do Governo deputado Barros Munhoz e se chegarmos a um entendimento, quem sabe não podemos construir uma proposta que tenha o apoio de todos nós. Vou apresentar ao deputado Barros Munhoz para que converse com o Governo e o Governo talvez mande outro projeto à Casa porque, deputado Barros Munhoz, o problema não é o pequeno comerciante. Este dificilmente erra. O índice de erro do pequeno comerciante é ínfimo. Este sabe quem está devendo para ele. É uma carteira pequena de devedor, ele tem controle sobre isso. O problema são as grandes empresas: a Oi, a Vivo, o Itaú, o Bradesco. Óbvio, não vou me aprofundar aqui neste momento, mas outros interesses movimentam a indústria da negatificação.

Portanto, percebo que temos de ter aqui um esforço, uma inteligência, uma sensibilidade para dialogar, ver os dois lados: primeiro, o lado do consumidor, de quem não abrimos mão, por isso quero parabenizar vocês. Vocês estão prestando um serviço fundamental aqui na Assembleia de argumentação que defende todos nós. Todos nós estamos sujeitos a uma negatificação equivocada e vir a deixar de realizar coisas importantes para nossas vidas, mas também quero a sensibilidade de vocês para que pensemos em uma alternativa que preserve o pequeno comer-

ciante, esse que tem de fato um impacto no seu orçamento, no seu faturamento em relação à obrigatoriedade da AR. Acredito e estou esperançoso em uma alternativa que consiga olhar os dois lados. Os grandes prejudicados somos nós. O pequeno empregador, o chamado pequeno empresário, que no montante é o que mais emprega no país, e o consumidor. Somos todos vítimas das grandes empresas nacionais, multinacionais e dos bancos.

Portanto, proponho, aqui, uma aliança entre os comerciantes e os consumidores. É possível uma minuta em que seja feita essa correção das imperfeições e que possa ser aprovada pela maioria dos deputados. Essa é a minha posição. Gostaria de parabenizá-los pela luta e dizer que não terá trator aqui. Esse tipo de pressão do capital não irá acontecer na Assembleia. Conversei com muitos deputados e a maioria concorda com o projeto que a própria Assembleia aprovou, possuindo a mesma preocupação que eu.

Não estão preocupados com os grandões, que são os que mais promovem a injustiça da negatificação. Estamos preocupados com o consumidor e com o pequeno empregador. Esse que gera emprego e tem, de fato, impacto no seu orçamento. Portanto, parabéns a vocês, e tenho esperança de que possamos construir um caminho que atenda a todos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNNAZI - PSOL - Sra. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Verifico com muita preocupação que o deputado Roque Barbieri já oficiou esta Casa há mais de 20 dias de que ele está doente. Ele ficou 12 dias internado em UTI semi-intensiva e consta no painel que não está afastado. Imagine que eu venha aqui, fale o nome dele, critique de maneira como foi construída a CPI do Detran, e o nome dele continue aparecendo. Isto é um risco para esta Casa. Como é que ele está presente? Eu gostaria que isto fosse verificado de forma imediata e que ele seja colocado como licenciado por motivo de saúde.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Recebo neste momento o pedido de V. Exa. e peço que a Casa verifique o pedido do deputado Campos Machado.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Gostaria de colocar um dado no pronunciamento do ex-líder do PT, João Paulo Rillo, que nós temos 60 milhões de brasileiros negativados, uma grande maioria aqui no estado de São Paulo. Os bancos e as grandes empresas, quando V. Exa. citou indiretamente que há uma grande indústria de negatificação, cobram para desnegativar a pessoa que está negativada. São 60 milhões de brasileiros. É quase a força ativa do país que entrou no hall do SPC, do Serasa e agora eles inventaram o Cadin. Nem os Irmãos Metralha, ninguém consegue tirar o nome do Cadin. Eles fizeram uma armadilha, uma camisa de sete varas. O povo pobre, humilde, assalariado, desempregado, não consegue tirar o nome do Cadin.

Coloco esse número para V. Exa., que há 60 milhões de pessoas que estão negativadas e quem devem pagar uma taxa. Se o cheque volta, tem que pagar outra taxa. No balanço aparece "serviços do banco: dois bilhões". É em cima desses pequenos coitados. Parabéns ao pronunciamento do Rillo, a todos aqueles que pensam assim e que acreditam na sensibilidade do líder, que vai achar uma saída para esta questão.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Com a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, primeiro quero dizer que o PSOL encaminha contrariamente a votação do Projeto de lei nº 806, que trata, na prática, da entrega de um cheque em branco para o governo estadual vender e negociar os bens da São Paulo Previdência, antigo Ipeps.

Nós já temos um debate antigo, pelo menos desde 2007 sobre essa questão. Já fizemos a proposta na Assembleia Legislativa para a instalação de uma CPI para investigar o Ipeps. Hoje, o governo estadual tem uma dívida de mais de 100 bilhões de reais com o Ipeps e com a SPPrev. Foi o dinheiro, na verdade, desviado pelo Governo para construir delegacias de polícia, imóveis, com o dinheiro dos servidores públicos do estado - dos professores, de agentes fiscais de renda.

Historicamente, o estado foi saqueando o dinheiro da Previdência dos servidores, quando ainda era Ipeps. E nós levantamos essa dívida em 2008, quando da aprovação de um projeto de lei do ex-governador Serra, que colocou em processo de extinção a Carteira Previdenciária dos Advogados de São Paulo. Posteriormente, Serra apresentou outro projeto, colocando em processo de extinção a Carteira Previdenciária dos Cartórios Extrajudiciais. O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa, com o nosso voto em contrário, com a nossa oposição em ambos os projetos. O fato é que na época nós aprofundamos o debate, e a dívida já era de 100 bilhões de reais. E o estado nunca pagou a dívida.

Com essa destruição da Previdência agora, eu falo que não há reforma da Previdência no Brasil. O projeto do governo Temer de reforma da Previdência é contra a Previdência, contra a possibilidade de aposentadoria no Brasil, que está sendo destruída gradativamente.

Tivemos a Emenda 20 do Fernando Henrique Cardoso em 98, e depois a Emenda 48 do Lula, ambas prejudicando os trabalhadores. Mas essa é pior porque ela destrói praticamente a possibilidade da aposentadoria no Brasil, e vai canalizar os fundos públicos da Previdência para o sistema financeiro, para os rentistas e especuladores da dívida pública. E também, logicamente, para beneficiar as empresas privadas de Previdência no Brasil. Por isso, foi proposta a famosa reforma da Previdência, a PEC 287 que tramita hoje na Câmara dos Deputados.

Estou dizendo isso porque o Governo já ameaça o aumento da cobrança previdenciária em todo o Brasil, principalmente agora com a renegociação das dívidas dos estados com a União. É um projeto que já foi aprovado no Congresso Nacional e que autoriza que os estados aumentem a contribuição previdenciária, de 11 para 14 por cento. É isso que vai acontecer, inclusive aqui, brevemente, no estado de São Paulo.

Mas nós não vamos aceitar, vai haver resistência no estado de São Paulo. Os servidores não aceitam, até porque nós queremos cobrar a dívida do Ipeps, da SPPrev. Esse projeto então é um absurdo, vem na contramão de todo esse debate que estamos fazendo.

É por isso que nós, do PSOL, votamos contra o Projeto de lei nº 806. Esse então é o primeiro ponto que eu gostaria de tomar. O outro é em relação à questão do não respeito à data-base salarial dos servidores, que é regada no estado de São Paulo pela Lei 12.391, de 2006, aprovada aqui no plenário. É a lei que obriga o governo estadual a apresentar no dia 1º de março a reposição das perdas inflacionárias. Essa lei estadual reproduz o que está no Art. 37 da Constituição Federal.

Nos últimos anos, principalmente há três ou quatro anos, o governo estadual está afrontando as legislações estadual e federal.

Eu, na semana passada, fui ao Ministério Público e protocolei uma representação contra o governador Geraldo Alckmin porque os professores da Rede Estadual estão, há mais de quatro anos, sem reposição das perdas inflacionárias. Os servidores da Segurança Pública, do sistema prisional, da Secretaria da Saúde e de todas as secretarias também.

Nós estamos vivendo um verdadeiro confisco salarial, um congelamento dos salários no estado de São Paulo. E o governador, para piorar a situação, além de não respeitar a lei da data-base salarial, publicou, em 2015, o decreto 61.132 dificultando ao máximo os reajustes salariais de todas as categorias profissionais. Eu apresentei o PDL nº 4/2015 para anular esse decreto do governador que está tramitando pelas nossas comissões.

Na outra ponta, nós temos os servidores do estado - e da prefeitura também -, os auditores fiscais, os agentes fiscais de renda, professores universitários, médicos, várias categorias profissionais mobilizadas para que nós possamos aprovar, em regime de extrema urgência, a PEC nº 5.

Porém, o Governo diz que não tem dinheiro, que o estado vai quebrar e que a arrecadação caiu. Enfim, esse é o velho discurso do governo. Eu quero dizer que isso não é verdade. Primeiro, o Governo sempre resistiu nessa área de reajuste salarial, de reposição de perdas inflacionárias, mesmo naquele momento histórico em que a economia estava bombando, nos anos dourados da boa arrecadação - 2005, 2006, 2007 e 2008. O Governo sempre arrochou e defasou o salário dos servidores, não cumpria a data-base salarial. Agora ele usa a desculpa da baixa arrecadação.

Mas nós aprovamos o orçamento anual: aprovamos do ano passado e vamos aprovar o orçamento para 2018. Nós também acompanhamos a execução orçamentária e nós sabemos, primeiramente, que não é bem assim: tem dinheiro, sim. Tem orçamento - a receita não caiu tanto assim.

Acontece que o governo tem prioridades e a prioridade não é o servidor público, seja ele professor, o pessoal do quadro de apoio, o pessoal da saúde, da Segurança Pública ou da Secretaria da Fazenda. A prioridade é outra que nós sabemos.

Por isso que o grande debate que nós estamos colocando hoje aqui é o debate da dívida ativa do estado que não é cobrada. Eu já citei aqui inúmeras vezes - mas eu quero citar novamente porque tem muita gente assistindo essa sessão pela TV Alesp e é bom que o telespectador saiba, porque os servidores sabem disso. Nós recebemos agora, recentemente, um ofício do procurador geral do estado dando conta a nós da dívida dos 100 maiores devedores dos tributos estaduais, que devem 78 bilhões de reais.

Por coincidência, esses devedores são os que têm também as isenções fiscais do ICMS. Foi o Sinafresp que fez essa denúncia, muito bem estruturada. O Sinafresp, há mais de um ano, vem alertando o estado.

O que nós temos aqui? São os frigoríficos. Inclusive, com a denúncia que o Sinafresp fez, o governo fez um pequeno recuo - não suficiente ainda. Nós queremos a revogação imediata do decreto que foi publicado em 2011 dando esses benefícios aos grandes frigoríficos na questão da desoneração fiscal, que são os grandes devedores também.

A Sada, por exemplo, deve um bilhão e meio. Como não tem dinheiro? A Sada deve um bilhão e quinhentos milhões de reais para os cofres públicos. Como não tem dinheiro para a data-base salarial, não tem dinheiro para aprovar a PEC nº 05? Esse dado foi fornecido pelo próprio governo, pela Procuradoria Geral do Estado. Temos aqui: "distribuidora de carnes de São Paulo deve um bilhão e duzentos milhões de reais". Frigorífico Antártico: 476 milhões de reais de dívida com o estado, dívida ativa. Frigo Estrela: 482 milhões.

É um absurdo isso. Nós temos que cobrar essa dívida. Há dinheiro sim nos cofres públicos. Acontece, finalizando, que a dívida não é cobrada. Por quê? Porque o estado não instrumentaliza a administração pública para fazer a cobrança, não altera a legislação, não faz nenhum movimento nesse sentido.

Tem mais: muitas dessas empresas financiam campanhas eleitorais de deputados estaduais e do próprio governador Geraldo Alckmin. É lógico que não cobram mesmo a dívida. Assim é fácil. Basta vocês entrarem na prestação de contas da eleição passada de deputados estaduais e federais e vocês vão ver que muitas empresas fizeram doações para parlamentares, não só da Assembleia Legislativa, mas também do Congresso Nacional e para o próprio governador Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Em votação o Projeto de lei nº 806, de 2016, salvo emendas. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sra. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

O SR. CARLOS GIANNNAZI - PSOL - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSOL está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PT está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PT.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PPS está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PPS.

O SR. FELICIANO FILHO - PSC - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSC está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSC.

A SRA. MARTA COSTA - PSD - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PCdoB está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PCdoB.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PR está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PR.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do DEM está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do DEM.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PRB está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PRB.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PDT está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PDT.

O SR. JUNIOR APRILLANTI - PSB - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSB está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSB.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSL está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSL.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Sra. Presidente, gostaria de informar que a bancada do Podemos está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do Podemos.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, 32 deputados votaram "sim", mais esta deputada na Presidência, totalizando 33 votos, quórum insuficiente para a aprovação do PL nº 806, de 2016, ficando sua votação adiada.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência suspende a sessão por um minuto.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 18 horas e 43 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 44 minutos, sob a Presidência da Sra. Analice Fernandes.

* * *

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exs. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 44 minutos.

* * *

8 DE JUNHO DE 2017 82ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: DOUTOR ULYSSES e CAUÊ MACRIS
Secretário: WELSON GASPARIINI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - DOUTOR ULYSSES Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - WELSON GASPARIINI Discorre sobre o que considera uma crise moral, econômica e política que assola a Nação brasileira. Cita dados do sistema prisional, educacional e de saúde que comprovam esta situação. Cobra punição penal efetiva a notórios criminosos.
3 - ORLANDO BOLÇONE Comenta problemas em represa na região de Araraquara, Matão e Motuca. Discorre sobre a questão da fragilidade do abastecimento de água potável em São José do Rio Preto. Pede atenção das autoridades responsáveis para ambos os casos.
4 - MARCOS DAMASIO Lembra um ano do acidente com ônibus que levava estudantes universitários na Rodovia Mogi Bertioiga. Lamenta o ocorrido, pedindo ao Executivo mais investimentos na segurança naquela estrada. Destaca a importância da rodovia para toda a região do litoral norte de São Paulo.
5 - CARLOS GIANNNAZI Saúda a presença de professoras da categoria "O", da Rede Estadual de Ensino. Defende a aprovação do PLC 24/15, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de professores. Afirma que a proposição trata de garantir direitos básicos à categoria "O" do magistério. Exibe fotografias de escola estadual na região do ABC paulista, denunciando seu estado de abandono.
6 - CEZINHA DE MADUREIRA Pede a suspensão da sessão até as 17 horas, por acordo de lideranças.
7 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES Anota o pedido.
8 - CARLOS GIANNNAZI Pede a saída de Michel Temer da Presidência da República. Defende a convocação de eleições diretas para o cargo ainda este ano. Crítica as reformas econômicas propostas pelo governo federal. Afirma que tais propostas são prejudiciais aos trabalhadores.
9 - JOÃO PAULO RILLO Considera que o governo estadual desconsidera os investimentos mínimos em Educação e Saúde públicas. Crítica lei, aprovada por esta Casa, que permite que o Executivo trate gastos previdenciários como investimentos nestes setores. Pede a criação de CPI que investigue a questão.
10 - CARLOS GIANNNAZI Pede o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
11 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES Indefere o pedido por não haver concordância entre os líderes. Indefere o pedido do deputado Cezinha de Madureira de suspensão da sessão até as 17 horas, por não haver anuência das demais lideranças.
12 - CARLOS GIANNNAZI Pede a suspensão da sessão por 4 minutos, por acordo de lideranças.
13 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES Defere o pedido e suspende a sessão às 15h18min; reabrindo-a às 15h22min.
14 - CEZINHA DE MADUREIRA Pede a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
15 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES Defere o pedido e suspende a sessão às 15h23min.
16 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h33min.
17 - WELLINGTON MOURA Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
18 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 09/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.
* * *

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.
Convindo o Sr. Deputado Welson Gasparini para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.
O SR. 1º SECRETÁRIO - WELSON GASPARIINI - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.
* * *

- Passa-se ao